

# TRABALHO E EDUCAÇÃO A PARTIR DE JOVENS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO RURAL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Waldeyzi Sena Willock – [deiziwillock@gmail.com](mailto:deiziwillock@gmail.com)  
Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal

Carlos Renilton Freitas Cruz – [reniltonufpa@gmail.com](mailto:reniltonufpa@gmail.com)  
Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal

## Resumo:

A educação das populações do campo sempre esteve à margem do debate educacional do país, uma vez que os sujeitos que habitam o meio rural foram (e são) considerados atrasados em relação à população urbana. Por isso, a escola sempre foi escassa, particularmente a de nível médio, os docentes pouco qualificados e os recursos didáticos praticamente inexistentes. Os jovens que concluem a educação básica em escolas rurais quase sempre buscam o meio urbano como ancoradouro de um futuro profissional seguro e menos penoso. Nesse contexto o estudo busca compreender como jovens egressos do ensino médio ofertado no meio rural em uma escola do município de Igarapé-Açu, estado do Pará, percebem a relação entre trabalho e educação de acordo com a contribuição dos ensinamentos ofertados pela escola para a prática profissional que desenvolvem atualmente. Para tanto, optou-se pelo estudo de caso que, através da pesquisa, ouviu 38 jovens. Os resultados apontam à fragilidade que a escola de ensino médio rural apresenta quanto aos aspectos formativos do cidadão crítico na sociedade, fato que repercute, na maioria dos casos analisados, na atuação no mundo do trabalho, que por vezes é considerado somente fora do meio rural.

**Palavras-chave:** Trabalho, Educação, Jovens, Ensino Médio.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, resultado de análises iniciais do material de campo, realizado no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia na Universidade Federal do Pará, analisa a maneira como os jovens egressos percebem os ensinamentos recebidos pelo curso de nível médio como contribuidores à prática profissional que desenvolvem atualmente.

Assim, após fazermos uma breve introdução a temática estudada, descreveremos a metodologia adotada no levantamento e tratamento dos dados e o lócus onde a coleta de campo ocorreu. Posteriormente, será realizada uma análise das falas dos sujeitos do campo a fim de compreendermos a percepção que os/as mesmos/as têm quanto a contribuição dos ensinamentos ofertados pelo curso de nível médio a prática

profissional que desenvolvem atualmente. Por fim, realizamos algumas considerações finais a cerca das análises desenvolvidas.

Durante toda a sua história, o Brasil conviveu com gigantescos passivos em matéria de educação, e os primeiros anos do século XXI ainda presenciam o analfabetismo, a escolarização insuficiente, a precarização do ensino. E esse é um quadro vivenciado mesmo nos centros urbanos, onde principalmente nas periferias das grandes e médias cidades a baixa qualidade do ensino reflete o fato de que até o momento a educação ainda não se transformou em uma questão nacional neste país (Saviani, 1997). No meio rural a situação é ainda mais complexa, pois a educação ali ofertada, “por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária” (Leite, 1999, p. 14).

Durante todo o século XX, as iniciativas estatais voltadas à educação da população rural estiveram sempre pautadas numa concepção de educação que percebia o campo como um espaço social e economicamente atrasado, face ao processo de modernização do meio urbano desencadeado pela industrialização que se acelera a partir da década de 1930. Os sujeitos sociais que habitavam aquele espaço marcado pelo atraso foram estigmatizados e colocados à margem de políticas públicas básicas, que aliado ao apelo modernizante da cidade, serviu de catapulta para o vigoroso êxodo rural experimentado naquele período. Ora voltadas a conter a onda migratória, que embora servindo para fornecer força de trabalho barata para a indústria urbana, também ameaçava a estrutura social das metrópolis que se formavam desordenadamente, ora direcionada à preparação dos camponeses à integração subordinada da pequena produção agrícola aos novos rumos da agricultura capitalizada, ou à qualificação minimamente necessária dos futuros proletários agrícolas para servirem ao capital que chegara com força nos mais distantes rincões do país.

Vários autores (Caldart, 1997; Arroyo, 2003; Leite, 1999) têm se dedicado a desvelar a problemática da educação ofertada aos povos do campo. A partir deles podemos perceber que a educação e a escola rural foram associadas desde há muito tempo com a ideia de atraso, precariedade física e pedagógica, controle ideológico por parte do Estado e das oligarquias locais, extensão do conhecimento urbano, ausência de um projeto de desenvolvimento endógeno, concentração fundiária, êxodo rural.

Entretanto, é possível ver que essa concepção de educação e a prática dela resultante, já questionada em outros momentos, serão fortemente posta em causa a partir

de meados da década de 1990, momento em que vários movimentos sociais ligados aos trabalhadores e trabalhadoras do meio rural, apoiados por universidades, setores do poder público e organizações sociais nacionais e internacionais, propõem, como forma de superar a educação rural, a construção de uma verdadeira educação do campo. Muito mais que uma simples mudança de nomenclatura, os movimentos sociais apostam, com base na experiência que já desenvolvem em suas áreas de influência, em uma nova forma de produção e socialização de saberes no meio rural, onde a educação seja compreendida para além da escola, e esta seja um direito dos povos do campo. Que os sujeitos do direito também possam ser protagonistas do projeto educativo no qual estão inseridos, e que tal projeto esteja intimamente relacionado com as lutas sociais que buscam a construção de um modelo de desenvolvimento para o campo que o perceba como espaço de vida, em que o ser humano possa viver e produzir de forma solidária e respeitando o meio ambiente.

Infelizmente, em que pese a ação do Estado e a mobilização da sociedade brasileira, ainda é nitidamente visível os limites da educação ofertada aos povos do campo. Ainda são muito escassas as escolas de ensino médio erguidas no meio rural. No geral, cumprindo sua função modernizadora, a escola se encontra descolada do contexto local e atrelada a uma visão de mundo urbano-industrial que pensa a formação dos jovens como uma preparação para o ingresso no mundo do trabalho cidadão. Os jovens do campo que conseguem concluir a educação básica geralmente perspectivam um futuro profissional ligado ao mundo urbano (Cruz, 2011).

## **2. JOVENS E JUVENTUDE**

Sendo o público alvo desta pesquisa jovens egressos/as do curso de nível médio<sup>1</sup> equivalente aos anos de 2007, 2008 e 2009, sentimos a importância em considerar de quais jovens estamos falando. Considerando a definição mais comum adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e estabelecida em 1985, que define como jovens, de uma forma geral, sejam eles/as inseridos/as em localidades consideradas urbanas ou rurais, aqueles/as incluídos/as na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, neste trabalho o termo juventude será caracterizado a partir da ideia que

---

<sup>1</sup> Neste estudo serão adotados os termos Ensino Médio e Nível Médio, equivalentes à educação secundária, ensino secundário e o antigo 2º grau.

juventude pode ser compreendida como um estado da existência, independente do período da vida biológica. Isso nos direciona a uma visão equivalente a faixa etária dos/as jovens em questão, uma vez que os sujeitos ora entrevistados encontram-se na faixa-etária entre 20 a 40 anos de idade.

Nesse sentido José Machado Pais (1993) desenvolveu suas considerações defendendo a ideia de que o conceito de “juventude” deve ser compreendido como uma construção social, ou seja, não existe uma forma única de transição para a vida adulta, assim como não há apenas uma forma de ser jovem. Nessa mesma direção, Sposito (2003) reconhece a existência de várias juventudes em decorrência do pertencimento das classes sociais, das relações de gênero, do estilo de vida, de local em que habitam, dentre outros determinantes.

Desta forma parece importante entender o percurso trilhado pelos/as jovens do campo desde a escola média até o mundo do trabalho, evidenciando as motivações que os/as orientam nessa empreitada. Para tanto, a presente pesquisa se propõe a um estudo de caso, no qual o público analisado são jovens egressos/as do ensino médio rural da escola João Batista Moura de Carvalho, situada na Vila Caripí, mais conhecida como comunidade São Luis, localizada no município Igarapé-Açu – Nordeste do estado do Pará.

### **3. METODOLOGIA E LÓCUS DA PESQUISA**

Este estudo ocorreu nos marcos do Paradigma Qualitativo. A investigação qualitativa “é uma perspectiva multimetódica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise” (Denzin & Lincoln, 1994, p. 2). No entanto, o paradigma quantitativo que caracteriza-se por ser “um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Fortin, 1999, p. 22), teve uma orientação contribuidora no andamento da pesquisa. Considera-se desta forma, que existe uma diferença entre os dois paradigmas, mas neste caso eles não são excludentes e sim complementares.

Os dados coletados à campo foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas que contou com o auxílio de um roteiro de perguntas realizadas junto à 38

jovens egressos/as do ensino médio rural. Após coletado os dados, evidencio-se as questões mais relevantes para o estudo da pesquisa. Para tanto, foi adotado como método neste trabalho, o estudo de caso.

O estudo de caso é uma abordagem de investigação pautada nos limiares das Ciências Sociais. Consiste na utilização de um ou mais métodos de recolha de informação e não segue uma linha rígida de investigação. O estudo de caso consiste geralmente num estudo aprofundado da problemática investigada.

Nesta mesma linha de pesquisa (Bodgan e Biklen 1994, p. 90 apud. Cruz, 2011, p. 28) ressalta que:

O processo de realização do estudo de caso cobra a percepção do plano de ação como um funil, cuja extremidade inferior vai ficando estreita à medida que se dirige ao encontro dos interesses da investigação, o que significa que os investigadores, após definirem locais ou pessoas que possam servir como objeto de estudo, “organizam então uma malha larga, tentando avaliar o interesse do terreno ou das fontes de dados para os seus objectivos. Procuram indícios de como deverão proceder e qual a possibilidade do estudo se realizar.

Portanto, o desenvolvimento deste estudo deu-se a partir dos princípios do estudo de caso, por se acreditar serem esses princípios adequados à empreitada investigativa ora adotada neste trabalho. Entretanto, alguns fatores tiveram que passar por mudanças inesperadas como o acontecimento das entrevistas por telefone. Este recurso não estava previsto para o desenrolar das atividades de entrevistas para a coleta dos dados. Porém, devido a migração dos/as egressos/as que ali residiam para outras localidades, sobretudo localidades urbanas e em alguns casos de outros estados do Brasil, optamos pela adoção de um plano B: desenvolver as entrevista e coleta de dados da pesquisa via telefone, fato que nos permitiu uma considerada dificuldade quanto ao encontro dos sujeitos informantes.

### **3.1. Vila Caripí - Comunidade São Luis**

A Vila Caripí, mais conhecida como comunidade São Luis, “possui aproximadamente 2.500 habitantes, em sua maioria descendentes de nordestinos colonizadores do antigo núcleo de São Luís, oriundos principalmente, dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte” (Rocha, 2004 apud. Cruz, 2011, p. 226). Dentre outros

fatores que marcam negativamente o lugar encontram-se a carência na infra-estrutura, nas áreas de saúde, no saneamento básico, no incentivo à produção agrícola e principalmente na educação oferecida aos moradores desta localidade, ou seja, situação de quase abandono por parte do poder público, “fato que alimenta a desesperança de alguns em viverem dias melhores”. (Cruz, 2011, p. 227).

A única escola que se encontra na localidade, de mais fácil acesso à outros ramais da proximidade da comunidade São Luis , é a escola estadual “João Batista de Moura Carvalho”, inaugurada na posse do antigo governador do estado Alacid da Silva Nunes no ano de 1981. Nela, jovens da comunidade São Luis e povoados vizinhos ingressam os cursos ofertados, sobretudo de ensino fundamental e médio.

#### **4. A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO**

A mais de duas décadas vem sendo discutido a partir de várias lutas realizadas por movimentos sociais de trabalhadores, a necessidade de se pensar uma política de educação que se preocupe também com a população do campo, sujeitos com direito a uma educação em que perceba a escola não somente no campo, mas que seja do campo. Um dos aspectos que serviram como norteadores neste estudo foram os princípios da Educação do Campo e não educação rural. Trata-se de uma educação que tem por objetivo garantir o direito de acesso ao conhecimento sobre o local onde vivem para que decidam se querem ficar ali ou, caso o contrário tenham condições de viver na cidade. Em outras palavras:

não se trata em pensar uma educação profissional em separado para o campo, específica para seus sujeitos e fragmentada do debate geral (isso seria desastroso em relação aos objetivos de transformação social e de emancipação humana que nos orientam), mas sim de trazer para o debate geral de concepção e de políticas públicas de educação profissional questões que têm sido formuladas desde a realidade, esta sim específica, do trabalho no campo, dos embates dos projetos de desenvolvimento, de modos de fazer agricultura e das experiências de formação profissional dos seus sujeitos (Caldart, 2010, p. 230).

Alguns estudos apontam que a Educação do Campo, ao contrário da Educação Rural, não considera o prolongamento dos processos escolares urbanos. Nesse sentido

vale destacar que a Educação do Campo leva em consideração a participação dos sujeitos que vivem no e do campo, assim como suas particularidades. A partir disso, não é difícil entender que a escola João Batista de Moura Carvalho, situada na Vila Caripi (comunidade São Luis) município Igarapé-Açu/PA, pouco ou nada condiz com os princípios da educação que se almeja. A seguir as falas de egressos que mostram a insatisfação tanto com a escola como com os ensinamentos pelo curso de nível médio

*“...As salas são quentes, as vezes nem tem água, e quando tem é quente... ah, é muito ruim mesmo” (Ronã Luis – egresso 2009).*

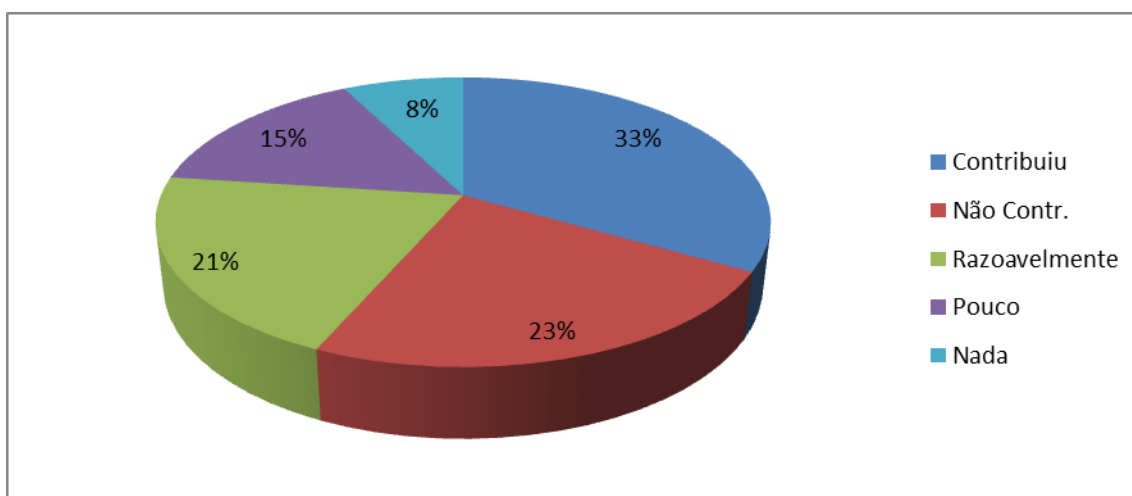
*“Poderiam falar muito mais se tratando de uma comunidade rural... Eles falavam pouco sobre agricultura...” (Antonia Edilene – egressa 2008).*

Além de oferecer condições mínimas e precárias de estudos e vivências sociais à seus egressos/as - uma vez que é na escola que o aluno/a passa quatro horas ou mais de seu dia, e por isso deve oferecer aos alunos/as espaço estruturado e adequado à educação – percebemos que os ensinamentos que foram oferecidos aos egressos/as entre os anos de 2007, 2008 e 2009 encontram-se de certa forma desatrelados aos princípios da educação do campo. Importante também considerarmos as relações do *trabalho como princípio educativo*, discutido como um dever e um direito que em consonância disso:

...deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros... (Gaudêncio Frigotto, 2005, p. 3).

Assim, partindo deste princípio questionamos aos informantes se *“o curso de nível médio contribuiu para as questões locais utilizando a realidade da comunidade”*, 33% dos/as entrevistados/as – maioria dos entrevistados/as – responderam ser o curso de nível médio contribuidor aos aspectos locais da comunidade; 23% dos/as entrevistados/as disseram que o curso não foi contribuidor nestes aspectos, enquanto que o restante percentual avaliou, respectivamente, razoavelmente, pouco ou nada o curso de nível médio foi contribuidor nas questões locais de sua comunidade.

Gráfico I – Contribuição do curso de Nível Médio quanto às questões locais



No entanto, através da pergunta: “*Se você pudesse, mudaria ou acrescentaria algo no aspecto dos conhecimentos recebidos no curso de nível médio?*” percebemos algumas contradições observadas através das seguintes falas:

*“A acrescentaria com certeza... É... mostrar mais a realidade, ajudar, tem aquele ditado que fala assim: “Dar o peixe e ensinar a pescar” né? Ajudar as pessoas a buscar o conhecimento, a viver melhor”. (egressa Roberta Fernandes - 2007).*

*“La é muito precário, e agora ta pior por que os professores são todos de fora, ai tem dia que o professor vai tem dia que o professor não vai, os alunos ficam prejudicados que não tem aula”. (egressa Janaina Joane – 2008).*

*“Sim acrescentaria com certeza né... Ter mais atividades práticas, mesmo fora de sala de aula, não é só ir pra aula. Que tivesse mais atividades, acho que envolvesse os alunos”. (egressa Raíssa Miranda – 2008).*

Percebemos que ao serem avaliados pelos/as entrevistados/as, os conhecimentos recebidos, encontram-se de certa forma desatrelados. O gráfico I, mostra que a maior parte dos/as entrevistados/as discursou ser o curso de Nível Médio contribuidor aos aspectos locais da comunidade. Porém, se tivessem o poder em mudar algo em relação



aos conhecimentos ofertados, certamente o fariam, ressaltando, nesse sentido, os pontos negativos encontrados pelos receptores de tais conhecimentos.

*“A melhor busca pelo conhecimento; Questões que melhor ressaltem a realidade rural; Professores trazidos de outras localidades”... Várias foram as questões levantadas, que se pudessem ser mudadas pelos/as alunos/as, certamente seriam. Mais preocupante ainda, é o aspecto de alguns jovens não apresentarem reais condições se quer em avaliar estas questões, mostrando que o curso de nível médio inapto a preparar um cidadão crítico para avaliar a realidade que os cerca, proporcionando um número cada vez maior de sujeitos inaudíveis assim como mostra as falas a seguir:*

*“Com certeza... O ensino, o jeito dos professores ensinar a gente. Não mostravam a realidade do campo né... Não sei nem como te dizer...” (Antonio Pinheiro – egresso 2009).*

*“... Acho que sim, Razoável né por que a gente não pode mudar nada...” (Ronã Luis – egresso 2009).*

*“A escola ela se baseava nas outras né? Ela não era voltada pra comunidade como um todo... Era mercado de trabalho no caso... Eu mudaria a forma de lecionar né? Os meios de ensino. Tipo assim: eles não nos dão continuamente pra gente se formar, dirigir opinião. Só passam o que eles já sabem né? são só repetidores de informações...” (egressa Ellen Tamires – 2009).*

No artigo 35 da LDB, é definido com clareza uma das finalidades para o Ensino Médio: *O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.* No entanto, o que se percebe é uma escola cada vez menos comprometida com as questões locais, estrangeira em seu próprio território.

#### **4.1. Trabalho: situação atual**

O trabalho está na origem da humanização dos seres humanos, pois é pelo trabalho que a vida social toma forma e é trabalhando que os indivíduos descobrem e transformam o mundo natural e a si próprios. Além de garantir a satisfação das necessidades vitais à sobrevivência dos seres humanos, mediando a relação destes com a natureza, o trabalho favorece a transmissão dos saberes que são produzidos

coletivamente às gerações mais novas, que mais tarde também se utilizarão do trabalho para transformar o saber e a realidade social que herdaram dos mais velhos.

O trabalho é, em si mesmo, um ato educativo. Os seres humanos historicamente educam e aprendem pelo trabalho, mas não só uma educação estritamente ligada a um fazer produtivo, a um ramo profissional. Pelo trabalho educa-se para a vida social, através do ensinamento de valores e comportamentos caros à sociedade. Portanto, o trabalho é revestido de um *princípio educativo*.

Dentre as turmas dos anos de 2007, 2008 e 2009 – turmas egressas do curso de nível médio da escola rural da comunidade São Luis - houve um número de 73 alunos matriculados. No entanto, por motivos de desistência, transferência e falecimento de alguns/as alunos/as, 69 foram os/as que de fato conseguiram concluir o referido curso. Desses/as, 38 egressos/as do curso de nível médio, dentre os/as que residem e os/as que não mais residem na localidade, foram ouvidos na pesquisa como mostra a tabela I.

**Tabela 1**

Número de matrículas e egressos/as ouvidos/as na pesquisa - Ensino Médio Regular – Escola João Batista de Moura Carvalho – 2007 a 2009

Ano	2007	2008	2009
Matrículas	22	26	25
Egressos/as participantes da pesquisa	10	17	11

Como princípio de análise destaca-se o fato de que muitos ou a maioria dos/as jovens em questão, ao concluírem o curso de nível médio na localidade rural do município de Igarapé-Açu, migram para outras localidades vizinhas ao município, em sua maioria urbana, sobretudo à cidade de Belém na qual está concentrado o maior número de serviços no mercado de trabalho.

Para analisarmos a situação da ocupação atual dos/as jovens, os dados foram subdivididos nas seguintes categorias: Os/as jovens que se declararam somente estudantes e não trabalham; Aqueles/as que mesmo estudando também exercem algum outro tipo de trabalho; Aqueles/as que declararam apenas trabalhar sem estar estudando e aqueles/as que poderiam se considerar de fato “desempregados/as”, ou seja, os/as que não exerciam algum tipo de atividade (nem trabalham, nem estudam).

Dentre os/as jovens entrevistados/as, a grande maioria encontra-se entre aqueles/as que declararam somente trabalhar, ou seja, não estudam ou exercem alguma outra atividade, somente trabalham. Em seguida encontram-se os/as egressos/as que disseram estar desempregados/as. Restando assim a minoria que se auto declara somente estudante – publico encontrado entre os mais novos - e os que disseram estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Tabela II - Situação de trabalho e estudo – Egressos de 2007, 2008 e 2009

Situação	Anos		
	2007	2008	2009
Só trabalham	7,0	6,0	3,0
Só estudam	0	4,0	1,0
Trabalham e estudam	0	2,0	1,0
Desempregados/as	3,0	5,0	6,0
Total	10,0	17,0	11,0

O quadro também aponta à tendência do aumento entre os desempregados/as (os/as que declararam desenvolver atividade alguma, ou seja, nem trabalham e nem estudam, mas nos últimos anos procuraram trabalho). Esse fator vem chamar atenção ao fato de que as possibilidades de inserções no mercado de trabalho não estão garantidas apenas pelo processo de escolarização.

Este dado pode ser considerado revelador a partir do momento que desmistifica a ideia de que somente a passagem com sucesso pela escola será suficiente para garantia de um emprego na cidade, pois parte dos entrevistados, mesmo morando em áreas urbanas, compõe o considerável percentual de jovens desempregados/as. Mesmo tendo em sua maioria os/as jovens que residem na comunidade São Luis, percebemos o interesse em migrar para as cidades com o intuito de adentrarem o mercado de trabalho.

Outra questão reveladora é o sentido de como o termo trabalho é tido pelos/as jovens, somente como uma reprodução dos meios de existência que se dá dentro do processo do sistema capitalista. Este se mantém através do tempo gasto pelo trabalhador que vende sua força de trabalho ao empregador que por sua vez oferece um salário que não contempla esse mesmo tempo e energia gasto neste processo. Essa percepção desconsidera o trabalho como princípio educativo. Porém, esses/as mesmos/as jovens,

assim como (Kuenzer, 2007), entendem que somente através de um trabalho digno, que lhe favoreçam tempo e melhores condições, possibilitem a oportunidade em continuação aso estudos no ensino superior.

Para a maioria dos jovens, o exercício de um trabalho digno será a única oportunidade de continuar seus estudos em nível superior; o Ensino Médio, portanto, deverá responder ao desafio de atender a estas duas demandas: o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos, com competência e compromisso (Kuenzer, 2007, p. 38).

Ao serem indagados quanto a satisfação em atuar na atividade em que estão inseridos, a maioria dos entrevistados mostrou algum tipo de insatisfação: seja com a má remuneração ou mesmo com a sobrecarga de trabalho desenvolvido, fatores que certamente podem transformar o trabalho em uma situação aversiva. Com isso, foi interessante saber o que fazem ou que tipo de trabalho desenvolvem estes/as jovens egressos/as do Ensino Médio.

Para conseguir visualizar de fato onde os/as jovens estão inseridos no mercado de trabalho criamos os seguintes critérios sócio-ocupacionais utilizadas para esta pesquisa, que foram elaboradas segundo alguns exemplos como, a representação social da ocupação, atividades consideradas urbanas ou rurais; assim, as categorias criadas foram as seguintes:

Tabela III – Categorias de ocupações exercidas

<b>Categorias</b>	<b>Exemplos</b>
Trabalhadores Rurais	Na agricultura, no campo, na fazenda, na pesca etc.
Trabalho em Indústrias	Tecelões, Montadores de equipamentos, forneiros mecânicos etc.
Construção Civil	Toda e qualquer construção de obras como casas, edifícios etc.
Comércio	Supermercados, lojas, ambulantes etc.
Funcionário Público	Do governo federal, estadual e municipal

Profissional Liberal	Professores, técnicos, advogados etc.
Trabalhador doméstico	Faxineiro/a, cozinheiro/a etc.

Assim, identificamos que os/as jovens estão concentrados, em maior número nas seguintes áreas de trabalho:

1º) Comércio

2º) Trabalhadores domésticos

3º) Construção civil; acompanhado aos outros setores de trabalho.

Tabela IV – Número de ocupações por categoria

Trabalhadores Rurais	03
Trabalho em Indústrias	0
Construção Civil	03
Comércio	11
Funcionário Público	1
Profissional Liberal	2
Trabalhador doméstico	04
Desempregados	11
Total	35

Identificamos que a maioria dos jovens que estão inseridos em alguma atividade no mercado de trabalho, encontram-se no setor do comércio, acompanhados dos trabalhadores domésticos e pelos que atuam na construção civil. Alguns/as desses/as disseram não estar totalmente satisfeitos/as pelo fato de estarem envolvidos em jornadas exaustivas, não restando tempo algum em desempenharem alguma outra atividade que não esteja ligada ao trabalho assalariado que desenvolvem atualmente.

Percebemos, assim, a grande problemática da educação brasileira enfatizada sobretudo no alicerce dos cursos de nível médio, que por sua vez pode ser entendido como “...uma jornada na busca de identidade, de um conjunto de objetivos e finalidades que o defina em relação a sua própria especificidades e no relacionamento com os demais níveis e modalidades de ensino”. (Romir Rodrigues, 2010. p. 181).

Porém, ao contrário do que diz o autor, o curso de nível Médio em questão, parece mais estar preocupado em preparar seus alunos ao formal mercado de trabalho,

não apresentando se quer a verticalidade da formação profissional ou a compreensão da valorização social do ensino superior.

Neste caso, o que se percebe, é uma dupla oferta de ensino em que à classe trabalhadora é ofertada uma educação mais voltada ao mercado de trabalho, com se a escola fosse uma fábrica modeladora de futuros assalariados ao sistema que rege a sociedade. Nesta perspectiva (Kuenzer, 2001) afirma que:

Se a divisão social e técnica do trabalho é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção, à medida que, rompendo a unidade entre teoria e prática, prepara diferentemente os homens para que atuem em posições hierárquicas e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo, deve-se admitir como decorrência natural deste princípio a constituição de sistemas de educação marcados pela dualidade estrutural. No Brasil, a constituição do sistema de ensino não se deu de outra forma (Kuenzer, 2001, p. 12).

É importante que se toque na questão do trabalho como um princípio educativo, uma vez que, se apropriando das palavras de (Ramos 2003), “o ser humano é um produtor de sua realidade e por isto se apropria dela e pode transforma-la”. Equivale dizer ainda que:

... nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. [portanto utilizar trabalho como princípio educativo]... É proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (Ramos, 2003, p. 4 e 5).

Portanto, é de imediato estímulo que se cumpra o que está estabelecido através das leis da educação relacionado às técnicas de trabalho, oferecendo aos educandos reais possibilidades ao avaliar criticamente o que realmente almejam em suas vidas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensino que vem sendo ofertado na maioria dos casos, e de acordo com as ideias de Cruz (2011) “ainda se encontra de costas a realidade local, estrangeira em seu próprio território, e, por isso, descomprometida com processos sociais direcionados a subverter a lógica que atualmente preside ao desenvolvimento do campo”.

O mundo do trabalho, em que se encontram os/as egressos/as, por sua vez os/as explora, na maioria dos casos como mão de obra barata e sem direitos sociais, e não assimila seus anseios e pontos de vista de como construir uma sociedade mais justa e nem confia nas suas capacidades.

Opondo-se ao pensamento de que o campo é um território visto como espaço somente de produção (Molina, 2006, p. 08), enfatiza que o campo deve ser compreendido como “território de produção de vida, de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; entre o rural e o urbano. O campo é território de produção de história e cultura, de luta de resistência dos sujeitos que ali vivem”. É a partir dessas concepções que deveriam fomentar-se as escolas localizadas no campo, ou seja, não somente estar no campo, como também ser do campo.

No entanto, em contrapartida à estas ideias, podemos perceber alguns pontos de principal destaque como:

- 1) O desligamento entre os conhecimentos recebidos pelo curso de nível médio e as questões condizentes com a realidade local, levando-os na maioria dos casos, a optarem por escolhas de vida no âmbito urbano;
- 2) Desinteresse de desempenho para o trabalho rural;
- 3) A não formação do cidadão crítico na sociedade;
- 4) Descontinuidade nos estudos;
- 5) Formação somente para o mercado de trabalho...

Esses dentre outros fatores encontrados através deste estudo nos leva a compreensão clara quanto ao tipo de educação que temos e o tipo de educação que queremos parecem ideias ainda indissociáveis. A educação formal oferecida aos egressos/as da escola João Batista de Moura Carvalho, vem apresentando índices de desempenhos bastante discutíveis em relação ao que falam os críticos da educação criadores de políticas públicas cada vez menos condizentes com o que realmente necessita uma educação diferenciada.

Alguns aspectos básicos encontrados neste processo são condicionantes na reprodução continua desses fatores que contribuem para regressão de perspectiva de vida digna no campo como a falta de oportunidade no desenvolvimento da percepção crítica. Ora, uma vez negado aos alunos/as os reais conhecimentos quanto as ações voltadas ao enfrentamento das adversidades encontradas no meio rural, maior o grau de

reprodução de migração para o meio urbano sem uma qualificação técnica que lhe coloque em melhor posição na busca por melhores condições de trabalho.

Nesse sentido, o desafio é tornar realidade os discursos encontrados através de políticas públicas que fazem referência à educação do campo de qualidade, considerando o desabafo das inúmeras vozes encontradas neste estudo que apresenta uma educação oferecida à um campo de contradições.

Uma educação que esteja realmente voltada as reais necessidades dos que vivem no e do campo, contemplando a aprendizagem de saberes universais atrelados sobre o local onde vivem. Desse modo os alunos têm plenas condições de decidirem se permanecem ou não na zona rural. O intuito, nesse sentido, não é “fixar” as pessoas onde estão e sim garantir o direito de acesso ao conhecimento sobre o local onde vivem para que decidam se querem permanecer onde estão ou, caso o contrário tenham condições de viver na cidade.

## **REFERÊNCIAS:**

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, jan/jun, 2003.

CALDART, Roseli (2004). **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo.** Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/rcaldart%20TN2.htm>. Consultado em 10 de abril de 2007, 1997.



\_\_\_\_\_. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIM, Cesar; CALDART, Roseli Salette. (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. Coleção por uma Educação Básica no Campo. nº 3, Brasília: DF. Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2000.

CRUZ, Renilton. **Trabalho e educação no meio rural da Amazônia: a família e a escola como agentes formadores**. Tese de Doutorado. Braga, Portugal, Universidade do Minho, 2011.

FRIGOTTO; CIAVATTA; M e RAMOS. **Ensino Médio Integrado: Concepção contradições**. São Paulo, editora Cortez, 2005.

KUENZER, Acácia (2004). **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/sexoesespeciais/acaciazeneidakuenzer.doc>. Consultado em: 24 de Março de 2008.

\_\_\_\_\_. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural. Urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa. 1993.

RAMOS, Marise Nogueira (2003). **O “Novo” Ensino Médio à Luz de Antigos Princípios: Trabalho, Ciência e Cultura**. Disponível em: [www.senac.br/informativo/BTS/292/boltec292c.htm](http://www.senac.br/informativo/BTS/292/boltec292c.htm). Consultado em: 17 de Setembro de 2007.

SAVIANI, Dermeval (1997). **A nova lei da educação**. Campinas: Autores Associados.

SPOSITO, M. P. **Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

